

O Conselho de Administração (Consad) da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) se reunirá na próxima segunda-feira, na sede da estatal. Saiba mais na coluna Mercado Regional, na página C-2

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Dragagem do Porto vai custar R\$ 369 mi

Menor proposta é da empresa EEL

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A empresa EEL - Infraestruturas Ltda. foi a que apresentou a menor proposta de preço para a execução da dragagem do Porto de Santos. A firma cobrou R\$ 369.091.930,90 e garantiu a liderança na licitação realizada ontem pela Secretaria dos Portos (SEP). Agora, ela deverá apresentar documentos que comprovem a regularidade fiscal e a capacidade técnica para, assim, ser declarada a vencedora do certame.

A dragagem prevê o aumento da profundidade do canal de navegação e das bacias de acesso aos berços de atracação do cais santista, dos atuais 15 metros, em média, para 15,4 e 15,7. Os locais de atracação terão uma fundura variando de 7,6 a 15,7 metros. Antes, a empresa escolhida terá de realizar os projetos básico (que indica os elementos necessários para o empreendimento) e executivo (mais detalhado), com dados sobre como os trabalhos devem ocorrer).

A licitação ocorreu pelo modelo de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Nele, inicialmente são avaliados os preços ofertados pelas empresas participantes para o serviço. Apenas a firma com menor preço tem sua documentação técnica conferida.

De acordo com a SEP, além da EEL - Infraestruturas, outras cinco concorrentes participaram da licitação. No entanto, a pasta não informou os valores cobrados pelas outras firmas. Destacou apenas que os descontos ofertados

Profundidade 15,7 metros

será a maior fundura do canal de navegação e das bacias de acesso aos berços do cais santista

variaram entre 0,0001% e 1,550%.

Agora, a empresa que apresentou a menor proposta deverá apresentar uma série de documentos exigidos pela SEP. Só com a comprovação da capacidade técnica e fiscal, ela poderá ser declarada vencedora da licitação.

O resultado do julgamento da licitação será publicado no site da SEP e no portal de compras do Governo Federal, nos endereços www.portosdobrasil.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, respectivamente. A partir daí, é aberto um prazo para que as concorrentes entrem com recursos administrativos, caso achem necessário.

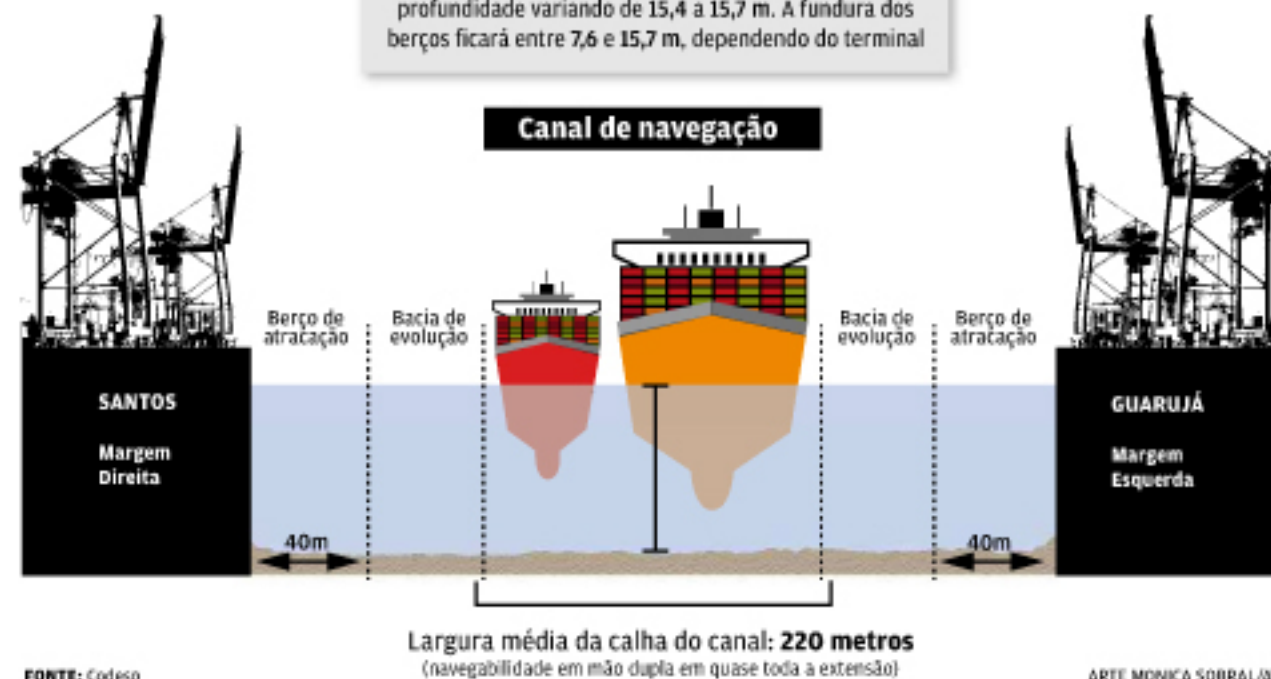
Esta já é a terceira tentativa de contratação da dragagem do cais santista. O Governo planeja realizar essa licitação desde fevereiro do ano passado. Nas duas primeiras vezes, as concorrentes apresentaram propostas acima do limite estabelecido pela pasta. Como não houve negociação, os certames foram considerados fracassados.

A SEP, então, passou a planejar a terceira licitação para o dia 27 de março último. No

O canal de navegação do cais santista



A dragagem que será licitada pela SEP prevê deixar todo o canal de navegação e as bacias de evolução com uma profundidade variando de 15,4 a 15,7 m. A fundura dos berços ficará entre 7,6 e 15,7 m, dependendo do terminal



entanto, na noite anterior, uma das concorrentes, a Coencil Construções e Empreendimento Civis Ltda., recorreu à Justiça Federal de Brasília e obteve uma liminar para interromper o processo, alegando que os documentos de habilitação exigidos no edital para firmas estrangeiras não estavam "claros".

A liberação da licitação aconteceu no último dia 22, quando o juiz federal Reginaldo Márcio Pereira, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tam-

bém de Brasília, destacou que os atos administrativos em questão "são revestidos dos atributos de legitimidade, de legalidade e impessoalidade".

CONCESSÃO

Além da licitação, a SEP também estuda a possibilidade de tornar privada a gestão dos canais de acesso aos portos do Brasil. Para isso, já foram realizadas duas audiências públicas e dezenas de contribuições foram encaminhadas pela comu-

nidade portuária. A ideia é discutir a melhor modelagem para a concessão.

No caso dos canais de navegação, além da dragagem, a SEP adianta ter como pretensão que futuras concessionárias incluam itens como sinalização, balizamento e, se necessário, alargamento do canal. Não há prazo para a abertura dos primeiros editais de concorrência para concessões, nem definição de como essas empresas serão remuneradas.